

DO CARNAVAL DA INTENDÊNCIA À FOLIA
AMAZÔNICA: A FESTA DE MOMO EM BELÉM
DO PARÁ (1895-1925)*

Leonardo Affonso de Miranda Pereira
Departamento de Teoria Literária/UNICAMP

O ano de 1904 marcou, em Belém, um momento de profundas transformações. Movidas pelo ímpeto renovador do intendente Antonio Lemos e pelo dinheiro do comércio da borracha, a cidade ganhava novos contornos que tentavam trazer a ela os ventos temperados das grandes cidades européias. Construíam-se praças, reformavam-se avenidas, erguiam-se novos edifícios, em uma sanha reformadora que ainda hoje tem suas marcas espalhadas pela cidade e cujo sentido encontra-se cristalizado pelas análises de grande parte da historiografia paraense¹. Mesmo em meio a tal agitação, no entanto, parecia sobrar tempo para que a Intendência se ocupasse de assuntos que, aparentemente, não tinham o mesmo grau de seriedade das grandes transformações urbanas do período – como mostra o relatório do intendente Antonio Lemos, relativo ao ano de 1904, apresentado ao Conselho Municipal:

Indiretamente auxiliados pela intendência num escôpo de animação ao comércio e às indústrias, tiveram este ano desusado luzimento os folguedos carnavalescos em Belém. A população acolheu plenamente a iniciativa municipal, pois durante três dias esta capital ofereceu um aspecto jovialíssimo².

Junto às grandes transformações urbanísticas da cidade, aparecia no relatório a preocupação com um evento que, até então, não parecia ter relevância o bastante para figurar nos documentos produzidos pelo poder público – o carnaval, festa marcada já nos primeiros anos do século pela afirmação de sua irreverência e pela suposta permissividade dos foliões. Não sendo uma festa oficial, como mostra o próprio texto do relatório – que fala em um auxílio “indireto” da intendência, mas que não toma para si ainda a responsabilidade sobre a festa, limitando-se a estimular a

participação dos comerciantes e industriais no apoio aos festejos – podia mesmo parecer descabida a menção feita por Lemos. O entusiasmo demonstrado na descrição do “desusado luzimento” que o carnaval assumiu na cidade indicava, porém, a importância que a própria Intendência atribuía à festa. Mais do que simples diversão, o carnaval aparecia assim, pela primeira vez, como uma importante realização do poder público local.

Tal menção ao carnaval em documentos produzidos pelo poder público estava longe de constituir uma peculiaridade da cidade de Belém. A referência a esta festa no relatório da Intendência fazia parte de um movimento muito mais amplo, que, tendo seu início ainda nas últimas décadas do século XIX, parecia ter na capital federal o seu epicentro: o de transformação do carnaval em uma coisa muito séria. Trazido ao Brasil ainda em meados do século XIX por intelectuais como José de Alencar, que queriam dar aos dias de estruendo da Corte a feição das “tardes de corso em Roma”³ – nas quais os foliões, em fantasias elegantes, saíam em cortejo processional pelas ruas da cidade – era desde seu início ligado explicitamente pelos seus defensores às festas italianas e francesas. A origem européia e a elegância de seus desfiles, fantasias e máscaras, levaram muitos de seus defensores a atribuir à festa a feição de um verdadeiro instrumento civilizador que pudesse esconder o barbarismo das tradições negras e indígenas por trás do moderno e cintilante manto de Momo.

A crença nesta força transformadora fez com que o carnaval fosse, na virada do século, intransigentemente defendido por jornalistas e literatos empolgados com a idéia de fazer desta festa um meio de projetar uma imagem civilizada da nação. O carnaval tornava-se, assim, um dos principais meios utilizados por diversos grupos letrados para mudar a feição da capital federal e do próprio país, tingindo-o com as cores alegres das festas de Nice e Veneza⁴. Essa popularização do tríduo momesco ultrapassava em muito, porém, os limites do Rio de Janeiro. Embora apareça primordialmente na capital da república, este era um processo que não deixa de acontecer, por caminhos diversos, em várias outras capitais do país⁵. A cidade de Belém, como uma das principais capitais do norte do país, não fugia a esta regra. Mesmo alguns anos antes do relatório, no qual a Intendência indicaria seu apoio, o carnaval já arrebata na cidade grande número de admiradores, assumindo a dimensão de um dos importantes

festejos da cidade – condição que, em Belém, ainda era dividida no período com os festejos juninos.

Defendidos ardorosamente por grupos que objetivavam reproduzir em plena Amazônia o modelo elegante de folia que tentava se firmar em outras capitais, o carnaval belemense de fato guardava muitas semelhanças com aquele praticado na capital da República. Ainda em 1896, os grandes jornais de Belém anunciavam o grande número de bailes carnavalescos que eram realizados na cidade – promovidos por Clubes como a Assembléia Paraense, que reunia em seus salões “senhoras das mais distintas desta capital” e “grande número de ilustres e distintos cavalheiros”⁶, ou o “Tim-Tim”, que dizia em um anúncio ser “a mais poderosa associação carnavalesca”⁷ da cidade, por ser formada pela “rapaziada do bom tom”⁷. Com suas vastas sedes ricamente ornamentadas, de forma a exceder “a mais exigente expectativa do deus Momo”, e trazendo para animar os bailes grandes orquestras, estes clubes reproduziam um modelo de carnaval que podia ser facilmente encontrado em qualquer uma das grandes sociedades carnavalescas de cidades como Rio e São Paulo⁸. Parecia que se brincava, em diferentes lugares, uma mesma folia.

Mesmo nas ruas, o modelo de carnaval que aparecia nas páginas dos jornais paraenses em muito se aproximava daquele praticado em outras capitais. A começar pelo desfile de grupos e sociedades diversos que tomavam conta da cidade, como o “Club dos Clowns... A Pau e Corda”, que em 1895 agradece às “excelentíssimas famílias e cavalheiros” o “generoso e fidalgo acolhimento” das casas pelas quais passaram⁹, ou os “Marombeiros”, que saíam às ruas com desfiles onde apresentavam muita animação e “críticas da atualidade”, como era comum nos desfiles cariocas¹⁰. As batalhas de confete eram organizadas por sociedades como o “Sport Club”, que se unia em 1898 à folia promovida pelo clube “Deus, Pátria e Liberdade” – cujo nome já apresenta sua declaração de princípios¹¹. Apesar das fortes chuvas que costumavam castigar a cidade no período carnavalesco, a grande aglomeração de foliões na região central da cidade – onde se reuniam durante o carnaval cerca de duas mil pessoas, segundo o jornal *Diário de Notícias*¹² – indicava o prestígio que o Deus Momo ia ganhando em Belém, deixando a Praça da República “sempre repleta”¹³.

Os jornais testemunhavam a presença, na cidade, de um carnaval cuja tradição estaria ligada diretamente à Europa, não tendo à primeira vista nenhuma relação com as práticas e costumes amazônicos. Ajudavam com isso a criar, antes da atuação da Intendência, um tipo de imagem que seria adotada, anos depois, por Antonio Lemos em sua tentativa de transformar a feição da cidade. Vendo neste modelo elegante de folia um grande aliado de suas propostas modernizadoras, não era de se estranhar que Lemos passasse a fazer da festa um assunto oficial. Este era, no entanto, apenas o começo de sua aproximação com o carnaval. Se em 1904 o texto do relatório afirmava ter participado “indiretamente” dos festejos, já no ano seguinte esta participação seria ainda mais clara. Além de fazer novamente da festa um tema digno de constar em seus relatórios anuais, a administração de Antonio Lemos começou a patrocinar carros e alegorias carnavalescas – como aquela que, no carnaval de 1905, adornava as batalhas de flores realizadas na Praça Batista Campos¹⁴:



(*O Malho*, 10 de junho de 1905, p. 6).

Destacava-se no carro, em primeiro plano, a figura de uma mulher nua, evocando a permissividade que, na capital federal, alimentava há tempos o desfile das grandes sociedades carnavalescas¹⁵. A imagem não tinha, porém, nenhuma semelhança com os traços morenos das mulheres de Belém – sinalizando, pelo contrário, para a representação de uma musa européia de pele alva e com os seios desnudos. Puxada por bois, a sofisticada alegoria parecia deslocada em meio às ruas sem calçamento, como se jogada em meio a um cenário improvável. Ela representava, porém, o sentido da operação que o governo de Lemos, diante do olhar surpreso dos assistentes, pretendia realizar na cidade – recriando em Belém um modelo de civilização que, ao menos na aparência, igualasse a cidade às principais capitais do sul e da Europa.

O relatório da Intendência no ano seguinte daria um sentido ainda mais claro à iniciativa do governo de Lemos:

Exatamente como hei feito em anos anteriores, promovi festejos carnavalescos nos dias principais da temporada, à Praça Justo Chermont, convenientemente preparada para esse feito. O povo acudiu em massa àquela via pública, que não teve espaço suficiente para comportar enorme multidão, espalhados por isso nas avenidas adjacentes.

Os festejos tiveram brilhantes, extraordinário êxito, coroando assim, o empenho dos poderes municipais, que os proporcionaram ao público¹⁶.

Se antes a citação ao carnaval parecia uma novidade em um relatório da Intendência, em 1906 o apoio do poder público à festa de Momo já era apresentado como uma operação rotineira. Diferentemente de outros lugares, como a própria capital da República, o intendente Antonio Lemos fazia do carnaval de Belém um assunto oficial, que merecia a atenção e o dinheiro da Intendência. A lógica desta atuação, entretanto, em muito se aproximava daquela que orientou a visão dos grupos letrados da capital federal em relação à festa. Já de início, percebe-se que não era qualquer um dos locais onde acontecia a folia que mereceria a sua atenção. O relatório deixa claro que este apoio oficial aos festejos se restringia à decoração da Praça Justo Chermont, na região central da cidade – espaço já modernizado e reformado pelas mãos do intendente. É para lá que, segundo a lógica

explicitada no relatório, deveriam se encaminhar os foliões de todos os bairros, que teriam ali um espaço digno de tão civilizada festa.

O grande público que compareceu ao local parecia confirmar os prognósticos da Intendência. Utilizando-se em Belém da mesma lógica de literatos e jornalistas do Rio de Janeiro, que pensam também no carnaval como um meio de trazer os muitos grupos que se espalhavam pela cidade para as luzes da civilização, o governo de Antonio Lemos tentava fazer da festa uma espécie de concessão do poder público, um divertimento proporcionado por ele aos habitantes da cidade. Por trás desta dádiva, no entanto, estaria uma visão que fazia do carnaval um meio de transformar a feição da cidade e da própria nação – como fica claro no trecho seguinte do relatório do mesmo ano, no qual se afirma que “os poderes públicos não cessam de laborar na modificação dos costumes, guiando todas as classes sociais pelo caminho do bom gosto, pois vai nisto a grande obra da civilização”¹⁷.

O presente do intendente para os belenenses tem explicitado, no trecho, todo seu conteúdo. Longe de pretender dar vasação às diferentes práticas e tradições culturais dos habitantes da cidade, a atuação da Intendência visava tão somente buscar uma transformação destes costumes que viesse a suprimir as especificidades culturais dos diversos grupos para levar todos pela trilha comum do “bom gosto” – definido, é claro, pela lógica civilizatória da Intendência. Tendo como alvo preferencial as tradições negras, indígenas e caboclas, que não se coadunavam com a imagem de modernidade e civilização que se pretendia construir para a cidade, o carnaval aparece assim para Antonio Lemos como um verdadeiro instrumento de regeneração social, que poderia inserir Belém na “grande obra da civilização”.

Este grande potencial transformador do carnaval não livraria a Intendência, entretanto, da necessidade de buscar um maior controle sobre a festa. Ainda em 1903, um ato do executivo municipal, no dia 9 de fevereiro, determinava que os agentes da fiscalização verificassem “se os grupos carnavalescos que transitam pela cidade, nos dias destinados a essa diversão, estão devidamente licenciados pela Intendência”¹⁸. Por conta de determinações como esta, em 1904, foliões como Emiliano José Cardoso,

morador da travessa Demétrio Ribeiro n. 27 e organizador do Cordão denominado “Joch Paraense”, eram obrigados a requisitar a licença do chefe de segurança pública para sair em cortejo nos dias de folia¹⁹ - explicitando a tentativa de controle exercido pelo poder público sobre os foliões e suas práticas.

Além do controle, a referida determinação servia ainda como um meio de tirar de muitos foliões a possibilidade de saírem em passeata pelas ruas, visto que cada grupo deveria pagar pela licença a quantia de 40\$000 - como mostra o ofício encaminhado ao intendente em 1907, no qual Raimundo Mendonça e Ernestina Maria das Chagas pediam licença “para exibição em público” dos seus cordões durante o carnaval daquele ano²⁰. Levando-se em conta que as casas comerciais, em 1903, pagavam apenas 50\$000 fixos de imposto para a venda de produtos carnavalescos durante o carnaval, conforme determinavam as alterações realizadas no código de posturas em 1901²¹, a quantia certamente deixaria excluída da folia grande número de sociedades e cordões inaptos a satisfazer as exigências da Intendência.

Ao tentar tirar de muitos grupos a possibilidade de exibição pública de seu cortejo, controlando aqueles que poderiam sair às ruas (auxiliado neste ponto pelas autoridades policiais estaduais, que já em 1907 se esmeravam para oferecer um grande policiamento nos locais onde a Intendência realizava seus festejos, como a Praça da República e a Batista Campos²²), a Intendência reproduz a mesma lógica de vigilância e controle presente no carnaval de outras grandes cidades brasileiras como o Rio de Janeiro – onde a cada ano eram reiteradas as portarias de proibição a fantasias como o diabinho, o índio ou o Pai-João, tradicionalmente usadas pelos membros dos temidos cordões, para não falar no temido jogo do entrudo²³. O que o governo de Lemos buscava no carnaval era, assim, algum tipo de essência civilizatória, que faria com que em qualquer lugar ele devesse se desenvolver da mesma maneira. Seja no Rio de Janeiro ou em Belém, Momo seria um poderoso aliado na construção de uma imagem de civilização que igualaria as cidades dentro de uma mesma imagem de modernidade, o que leva à possibilidade de que a Intendência tentasse simplesmente reproduzir na capital paraense o modelo de folia carioca (por sua vez reproduzido também do que seria o carnaval europeu) para ajudar na tarefa de transformação da feição da cidade.

A semelhança afirmada entre o carnaval de Belém e o de outras capitais não se estabelece, no entanto, de forma tão unívoca. Se os partidários de um carnaval elegante na cidade tentavam reproduzir com exatidão um modelo de folia presente em várias outras localidades, o significado que ele adquire na capital paraense para muitos de seus defensores assumiu, nos primeiros anos do século, um sentido muito específico – como indicaria, em 1908, o mesmo relatório da Intendência que fazia a apologia da festa:

Em toda parte do mundo o carnaval assumiu as proporções de uma instituição decente, sem o menor ponto de semelhança com as festas dos tempos pagãos. As bacanaís, lupercaís e saturnais fizeram seu tempo hediondo com o advento da boa nova. Pouco e pouco e foram-se transformando os costumes pelo impulso de regeneração social e de civilização dos povos. O carnaval antigo tem sofrido as mais sensíveis transformações com o passar das idades, consoante o adiantamento moral dos povos, até que vemos hoje uma festa inteiramente consagrada à inocente diversão popular [...]²⁴.

O trecho indica uma leitura muito particular do carnaval por parte da Intendência. Ao mesmo tempo em que se tentava vincular a atuação do poder público em favor do carnaval a uma tradição imemorial da civilização ocidental, ligando-a aos festejos da Grécia e da Roma antigas, tenta apontar uma mudança no seu sentido ao longo do tempo. Deixando de lado a imoralidade dos festejos antigos, o carnaval teria se transformado, segundo o relatório, em uma festa cheia de decência, assumindo o caráter de uma diversão inocente - muito diferente, portanto, das imagens que, em vários outros lugares, fazem da festa de Momo um tempo de loucura e permissividade, no qual não haveria lugar para proibições.

A sutil mudança de significado da festa parece ter uma motivação muito clara. O sentido de toda esta operação, que tira do carnaval o conteúdo de inversão que era um dos sustentáculos principais da imagem construída para a festa em outros lugares²⁵, seria explicitado logo no parágrafo seguinte do relatório:

Não podíamos, por nossa parte, ficar indiferentes a essa espécie de propaganda moral. Mas, como é também costume dos maus, dos perversos e dos espíritos raquíticos oporem-se sempre ao

que é bom e honesto, surgiu aqui a campanha retrógrada, furiosa e apaixonada, na qual se enfileirou um clérigo político truanesco e irascível, contra o carnaval desse ano sob fúteis e ridículos pretextos. A família e o povo paraense souberam castigar os discólos do progresso e da civilização, provando à evidência que os festivais que precedem à época consagrada à paixão de Cristo não têm nesta cidade nenhum ponto de contato com o carnaval de outras eras²⁶

Em poucas linhas temos, aqui, a motivação que levou Antonio Lemos a diferenciar tão claramente o carnaval da cidade com aquele do qual ele tenta se fazer herdeiro. Criticado por setores da Igreja que não viam na festa um elemento de “progresso” e de “regeneração social”, Lemos se defendeu tentando atribuir à festa a força de uma verdadeira “propaganda moral”. Pretendia, com isso, imputar aos festejos de Momo um sentido muito particular marcado pela ênfase na questão da moralidade que é a ele associada.

Embora o próprio texto do relatório tentasse atribuir ao carnaval um caráter indiscutivelmente positivo para o progresso da cidade, caracterizando como inimigos do progresso e da civilização aqueles que a ele se opõe, a polémica indica, porém, que o carnaval aparece, na Belém do início do século, como um campo de embates. Ao tentar fazer do carnaval esta tão potente arma transformadora, o governo de Antonio Lemos teria que enfrentar visões sobre a festa como aquela colocada, ainda em 1895, por um redator do jornal *O Democrata*, que comentava o carnaval daquele ano:

Conquanto ainda frio, mas decente representou-se o carnaval, domingo próximo passado.

Decente no modo de falar, indecente é como ele esteve.

É que viram duas mascaradas à dançarina rodopiando escandalosamente, ostentando por entre as famílias e dirigindo pilhérias aos transeuntes conhecidos.

Se não me engano, a polícia estatua penas para isso que a gente sensata envolve na taxa do escândalo²⁷.

Podemos perceber pelo trecho que no fim do século XIX a imagem positiva do carnaval em Belém não era tão unânime quanto tenta nos fazer crer o relatório de Lemos – a começar pela desanimação que o cronista enxerga no carnaval da cidade, habitualmente “frio”. Mais do que isso, no entanto, o que incomoda o mal humorado articulista é a presença pública

de moças a dançar “escandalosamente”, em um comportamento que afrontaria as normas sociais das boas famílias da cidade. No lugar do sentido civilizatório que o intendente atribuiria à folia, aparece a condenação à imoralidade presente no reinado de Momo. As críticas do clérigo à atuação de Lemos parecem ter assim uma penetração social mais profunda do que pressupunha seu relatório, indicando a existência de uma acirrada disputa sobre os sentidos da festa. Se Antonio Lemos transformava o carnaval um aliado em sua missão civilizatória, o fazia à custa de expurgos e adaptações que tentavam esconder seu conteúdo de permissividade, explicitando ainda mais o sentido utilitarista da festa na visão da Intendência.

O carnaval assumia, na Belém dos primeiros anos do século, o aspecto de uma invenção da Intendência – que adaptava os sentidos de uma festa já popular, na tentativa de dar a ela um sentido unívoco que a transformasse em um instrumento de civilização. Tal esforço não teria, no entanto, muitos resultados. Se nos primeiros anos do século o governo de Antonio Lemos atuava como se a simples importação de um modelo de folia praticado nas grandes cidades brasileiras pudesse fazer do carnaval de Belém a grande festa da civilização, o relatório de 1908 já anunciava os primeiros problemas no seu projeto carnavalesco:

Esteve menos animado que nos outros anos precedentes o carnaval de 1908 e a tremenda e acabrunhadora crise da praça explicam sobejamente o fato. A intendência, sem arriscar-se a despesas de vulto, fez, todavia, ornamentar a Avenida e a Praça da República, ponto central por onde passam os cortejos e grupos carnavalescos e onde circula o maior número de carruagens conduzindo distintas famílias que ao lado do povo, se entregam às batalhas de confetti, jogos de serpentina e outros divertimentos próprios da estação²⁸.

Embora ainda trouxesse a menção ao carnaval, o tom adotado agora parece bastante diferente daquele que marcava os relatórios anteriores. Se nos anos imediatamente posteriores a 1904 a festa parecia ir empolgando cada vez mais o Intendente, em 1908 começavam a aparecer os primeiros sinais de desânimo – explicado, no relatório, pela falta de dinheiro para se fazer a animação da festa. Vendo decair seu projeto de transformação da cidade na mesma intensidade que despencava o preço internacional da borracha, sobre a qual se sustentavam as finanças municipais²⁹, o carnaval

parecia ir perdendo seu fascínio para Lemos – embora ele ainda tentasse, em relatórios como o de 1910, saudar a “extraordinária aglomeração popular” na Praça da República e a “boa ordem” dos festejos, na tentativa de afirmar, nos seus últimos meses como intendente, o caráter democrático de uma festa na qual é possível “andarem lado a lado na grande artéria urbana governantes e governados”³⁰.

É de se notar, entretanto, que o próprio relatório de 1908 – reafirmado pelo de 1910 – nos indica que este desânimo, ao contrário do que tenta afirmar o seu texto, não era geral. A presença das muitas famílias, das batalhas de confete e do “povo” nas ruas nos aponta um quadro bem diferente. A crise econômica não bastaria, assim, para explicar o desânimo que Lemos começava a demonstrar em relação à festa. Se o orçamento municipal não permitia mais que se desembolsassem grandes vultos na decoração das ruas, foliões diversos continuavam a promover, de forma independente, a sua própria folia. Talvez estivessem aqui as causas do desânimo do intendente com o carnaval. Pensada por ele como um meio de regeneração social, a folia ia desenrolando-se, ano após ano, de uma forma muito diferente daquela que ele tentava construir – em um processo que, nos anos seguintes, iria ganhar uma intensidade ainda maior.

As colunas carnavalescas de 1913 (primeiro carnaval depois da saída de Lemos da Intendência) já traziam imagens muito diferentes daquelas valorizadas pela Intendência. Lado a lado com as descrições luxuosas que continuavam a representar o carnaval da cidade como a festa dos “confetis, lança-perfumes e serpentinhas” e de outras brincadeiras igualmente elegantes³¹, apareciam notícias como aquela publicada em 17 de janeiro no jornal *A Capital*, intitulada “Foliões Sanguinários”:

Pelo bairro do Marco da Légua, andava ontem, à tarde, a bebericar de tasca em tasca um grupo de indivíduos mascarados que em vez de se dar às diversões carnavalescas, se entregava à libertinagem cometendo, por onde passava, toda sorte de desordens e atos de imoralidade.

À Travessa Humaitá, os tais indivíduos agrediram, armados de navalha ao Sr. Antonio Ferreira da Costa, funcionário na diretoria do Serviço de Águas. Produzindo-lhe vários ferimentos na cabeça e no corpo.

Após a prática desse selvagem atentado a vida de um cidadão os perigosos indivíduos evadiram-se, não tendo ainda a polícia conseguido capturá-los [...]”³²

Em direção inversa ao sentido civilizador anos antes projetado sobre a festa pelos relatórios da Intendência, a notícia indicava a caracterização do carnaval, em 1913, como um momento de “selvageria”, em que cidadãos pacatos e ordeiros seriam vítimas de “foliões sanguinários”. Para estes brincantes, que se divertiam longe da elegante região central da cidade, o carnaval parecia ter um sentido muito específico, que passava a aparecer mais claramente nos jornais, já não mais comprometidos com os projetos políticos do antigo intendente. A máscara, que ao invés do chiste carnavalesco parecia significar simplesmente a possibilidade do ocultamento, ajudaria a fazer do carnaval um tempo de permissividade, em que todos poderiam beber e trocar à vontade – além, é claro, de resolver desavença antigas ou recentes recorrendo à violência, sem que pudessem por isso ser descobertos.

O sentido de liberdade proporcionado pelo ocultamento da máscara, longe de se restringir a este pequeno grupo de foliões, parecia mesmo assumir uma dimensão maior. Apenas dois dias antes do crime acontecido no Marco da Légua, o chefe de polícia, desembargador Eloy Simões, baixava um edital publicado dias depois nas páginas do *Diário Oficial do Estado* que trazia a proibição de “que as pessoas se conservem mascaradas além da meia-noite”³³. Embora esta fosse uma proibição que já existia havia tempos, constando dos editais do chefe de segurança pública em 1901³⁴, desta vez a coisa parecia mais séria. Além da proibição, afirmava ainda o edital que “qualquer indivíduo mascarado, sendo considerado suspeito pela polícia, fica sujeito a ser por esta revistado, tirando-lhe a máscara em qualquer lugar” – em uma clara tentativa de impossibilitar a prática do ocultamento e de permitir que a polícia inviabilizasse o uso de máscaras por parte de seus suspeitos preferenciais, os grupos iletrados³⁵. A republicação do edital em dias posteriores, tanto no *Diário Oficial* quanto em outros grandes jornais³⁶, só viria a reafirmar a seriedade da ação empreendida agora pela polícia contra os máscaras, o que nos indica a força deste sentido atribuído às máscaras por muito foliões.

Não eram só as máscaras, porém, os alvos das restrições do edital. Ao mesmo tempo em que se combatia o hábito das mascaradas, proibiam-se a saída de cordões ou a realização de quaisquer bailes sem licença da polícia, sendo que mesmo com a licença o baile só poderia durar até uma hora da madrugada. Mais do que as máscaras e fantasias, o próprio carnaval parecia estar se tornando um momento de suspeição generalizada. O motivo de tanta desconfiança não era difícil de ser explicado. Mesmo quando se tratava das manifestações carnavalescas apoiadas pelo ponto de vista da Intendência, a construção de novos sentidos por parte dos grupos iletrados não deixava de se fazer presente. Ainda em 1906, no auge do entusiasmo de Lemos com o carnaval, esta contradição era evidente – como mostrava um caso ocorrido com Maria Rosa dos Santos, uma sergipana de 19 anos que não sabia ler nem escrever. Como boa foliã, Maria Rosa se preparava em fevereiro para ir a um baile carnavalesco, tipo de prática foliona valorizada pelo olhar civilizador da Intendência. Sua companheira de casa, entretanto, não gostou nem um pouco da brincadeira. Ao invés de ficar reconfortada por ver a amiga participar de tão elegante evento, a companheira de Maria Rosa via a festa como um perigo, uma ameaça – o que resultou em uma áspera discussão que acabaria, dias depois, com três golpes de navalha desferidos por sua amiga sobre ela³⁷.

Para além da tragédia e do drama pessoal de Maria Rosa, o episódio pode nos ajudar a entender a multiplicidade de significados que eventos como um baile carnavalesco pode adquirir. Se na visão dos que queriam fazer de Momo um deus regenerador o baile seria a festa máxima da civilização, transcorrendo de uma forma decente e elegante, para folionas de outra classe social, como a vítima e sua companheira, ele se aproximava mais de uma imagem de liberdade e permissividade, que fazia com que a amiga de Maria se mostrasse ofendida por sua presença nestes bailes. Ambas mostravam, com isso, que os sentidos atribuídos aos brinquedos carnavalescos em Belém pelos diversos sujeitos podiam de fato ser radicalmente diferente da visão passada pelos relatórios da Intendência.

A presença pública nas ruas dos grupos iletrados, que saíam em cordões ou divertiam-se nos bailes, constituía-se, em 1913, como um problema para o poder público – em um processo que teve início ainda antes da campanha de Lemos em favor do carnaval. Ao mesmo tempo em

que, no final do século XIX, já podíamos encontrar pelas ruas de Belém as elegantes brincadeiras que faziam a alegria dos devotos de Momo, um olhar mais cuidadoso sobre o que acontecia nas ruas pode nos indicar algumas contradições nas imagens que os jornais tentavam construir sobre a festa. Já naquele momento outros foliões, sem corroborar com o sentido de luxo e de progresso atribuído ao carnaval por diversos jornalistas – que seria, pouco tempo depois, assumido pelos relatórios de Lemos –, faziam da festa como um espaço de atuação própria, livre dos sentidos atribuídos ao carnaval pelos grupos letrados. O mesmo jornal que saudava o brilho e a elegância da festa publicava, em uma pequena nota, um pedido para que o chefe de segurança tomasse “[...] enérgicas providências para abusos praticados por alguns moleques, que se divertem atirando pedras, cabacinhas e tirando as máscaras, às pessoas máscaras”³⁸.

No lugar do moderno e elegante confete, as pedras; ao invés das fantasias refinadas, os invólucros usados na brincadeira das molhadelas. Os líquidos lançados por estes “moleques” sobre os quais fala a notícia maculavam não só as roupas dos passantes, mas a própria imagem do carnaval que era exaustivamente afirmada pelas páginas dos jornais. A presença frequente pelas ruas das bisnagas e pós que faziam a alegria dos praticantes do jogo do entrudo³⁹ – que consistia no arremesso entre os foliões e os transeuntes desavisados, de líquidos e outras substâncias nem sempre bem cheirosas – indicava que os foliões não cediam tão facilmente ao tipo de construção carnavalesca construída pela imprensa. Quebrando a imagem hegemônica de uma folia feita de elegância e distinção, estes foliões patrocinavam em Belém um tipo de divertimento visto, mesmo no Rio de Janeiro, como um inimigo feroz do carnaval⁴⁰. A continuidade desta brincadeira através dos anos, que faz com que as “escaramuças do entrudo” ainda aparecessem pelas ruas no carnaval de 1913⁴¹ – embora o Código de Posturas Municipais da cidade já proibisse, desde 1880 “os brinquedos de entrudo nas ruas e praças”⁴² – vem a reafirmar a autonomia da folia praticada pelos brincantes do carnaval da cidade.

Tirando as máscaras deste carnaval elegante, muitos foliões iam construindo, desde o final do século XIX, novos sentidos para a folia amazônica. Embora Lemos parecesse achar que a força civilizadora do carnaval fosse suficiente para suprimir tais “barbarismos”, sua previsão

parece não ter se concretizado. Adotando um padrão de carnaval defendido pela Intendência e pelos jornais, feito de máscaras, de fantasias, de desfiles e de bailes, mas transformando levemente seus significados para fazerem deles brincadeiras próprias, estes foliões participavam, em um diálogo constante com o padrão de folia defendido pela Intendência, de um conflituoso processo de trocas culturais – a partir do qual eles iam aos poucos conseguindo fazer do carnaval um espaço de liberdade, no qual poderiam apresentar livremente suas próprias práticas e tradições. Ao invés de reforçarem com isso a imagem da folia projetada pelos relatórios da Intendência, estes foliões criavam um novo perfil para a festa, fazendo com que os projetos civilizadores de Lemos em relação aos dias de Momo se transformassem, em pouco tempo, em um sonho de carnaval.

Não era só o intendente, no entanto, que começava a mostrar seu descontentamento com a grande festa de Momo. As transformações que iam ocorrendo no carnaval de Belém ao longo dos anos incomodavam também muitos jornalistas e literatos, para os quais estas mudanças não pareciam muito positivas para a animação dos folguedos – como mostra um articulista que, assinando com o pseudônimo “Kepler”, escreve no dia 11 de janeiro de 1916 no jornal *A Tarde*:

[...] O Pará perdeu os belos clubs carnavalescos os quais emprestavam uma certa lembrança fidalga do carnaval de Nice, os carros mecânicos bem arquitetados [que], custando cada um, dois, três e quatro contos figuravam nos préstitos desta capital. O povo que se apinhava na Praça da República dava idéia de que a população na cidade havia abandonado as suas casas para o delírio e a volúpia do insípido ‘Voce me conhece’? Só a perfumaria Oriental, que é sempre quem mais vende, pela seleção das suas essências nos lança-perfumes, vendia de 50 a 100 contos de serpentinas, de confetis, bisnagas, de máscara, de pó dourado, azul, branco e roxo⁴³.

O tom do articulista é claro: o carnaval estaria, naquele ano, em franca decadência – o que era atestado, primordialmente, pela ausência dos desfiles públicos dos clubes carnavalescos endinheirados. Deixando de sair às ruas com seus ricos carros alegóricos e fantasias, que tentavam fazer da quente e úmida cidade de Belém a imagem de uma Nice tropical, os clubes pareciam, para o articulista, anunciar a derrocada de Momo, que

perderia sua força sem a companhia de seus mais féis aliados. O desaparecimento das máscaras finas, dos confetis e dos lança-perfumes, todos objetos de folia que não eram acessíveis a grande parte da população da cidade, indicava que a ausência dos desfiles e de clubes carnavalescos não era um caso isolado. Parecia, mesmo, o fim do próprio carnaval.

Os motivos que levam o saudoso articulista à tão trágica conclusão ficariam claros, no entanto, logo nas linhas seguintes do seu texto. Relacionando os festejos de Momo em Belém com os acontecimentos militares da primeira guerra mundial, ele mostra sua esperança de que as batalhas possam reavivar o carnaval da cidade:

[...] E se a borracha for no crescendo que vai, se os alemães nos fizerem o grande favor de tomar o canal de Suez a John Bill, se enfim, não passar mais um grama de borracha da Índia, então podem contar com a volta do desperdício, da lavoura e dos grandes préstitos carnavalescos. A oscilação aqui depende da borracha, se ela encolhe tudo minguava, tudo desaparece como cabeça de jaboti quando vê onça. Se, porém, ela espicha, tudo espicha também, tudo aumenta, tudo grela e as sete vacas gordas tomam proporções mitológicas⁴⁴.

Os motivos da anunciada decadência da folia de Momo em Belém teriam, aqui, seu sentido explicitado. Assim como fez Antonio Lemos alguns anos antes, o articulista parecia atribuir à crise da borracha as causas da decadência do carnaval belemense. Sem dinheiro, seria impossível que se reproduzissem os ricos desfiles e as custosas fantasias que aproximariam a folia da cidade com os festejos das principais capitais do Brasil e da Europa. Por atribuir a estas brincadeiras elegantes e caras – como os desfiles de carros alegóricos, os lança-perfumes e os confetis brilhantes – a exclusividade da animação carnavalesca, só restava mesmo a cronistas como Kepler ficarem atentos às questões financeiras. Embora ele mesmo indique que as ruas ainda estivessem repletas pelo “povo” de toda a cidade, com as mesmas brincadeiras que o cronista julga “insípidas” – como o tradicional “Você me conhece?”, usado como forma de divertir-se com o ocultamento possibilitado pela máscara⁴⁵ – Kepler não julgava serem estas manifestações carnavalescas digna de nota, sendo somente mais um indicativo da decadência da festa.

A falta de dinheiro não impediria, no entanto, que os círculos letrados de Belém continuassem a fazer dos dias de Momo um tempo de grandes festas. Se a crise da borracha e a presença nas ruas de grupos diversos maculavam a imagem de civilização que, anos antes, eles associavam ao carnaval, nem por isto estes grupos deixaram de aproveitar a festa. Não que continuassem a tentar fazer dele um meio de transformação da sociedade, como pretendiam Antonio Lemos e outros defensores da festa alguns anos antes. Tratava-se então, pelo contrário, de fazer do carnaval um meio de distinção, restringindo as festas elegantes aos bailes realizados em salões fechados. Este é um processo que já tinha seus contornos definidos ainda em 1915 – quando, ao mesmo tempo em que minguava o noticiário do carnaval de rua, ia aumentando o espaço dado nos jornais para bailes como o do “Clube Juventude” e da “Coligação Monarquista”, que segundo o *Correio de Belém* faria uma festa de grande animação “devido aos bons elementos” do seu quadro social⁴⁶. Ganhando força com os anos, esta tendência de promoção de um carnaval fechado passou assim a ser uma imagem marcante reproduzida pelos periódicos da cidade.

Uma das festas carnavalescas fechadas, realizada em 1916, pode nos ajudar a entender o caráter assumido por estes eventos. Provocando provavelmente grande rebuliço pela cidade, pelo fato de ser realizado no suntuoso Teatro da Paz, a festa parece ter assumido uma dimensão maior do que aquela que desejavam seus promotores – o que os leva a prestar pelas páginas do jornal *A Tarde*, no dia 2 de março, o seguinte esclarecimento:

Para desfazer equívocos, pede-nos a comissão dos festejos carnavalescos de domingo gordo declaremos que a ‘soirré’ a realizar-se no salão nobre do Teatro da Paz, por ela obtido da gentileza do governo, não terá absolutamente caráter público.

Por isso é que estão sendo distribuídos convites rigorosamente selecionados. As famílias convidadas podem ter clareza de que será observado o maior rigor na seleção da assistência a festa, para a qual não são obrigatórios nem fantasias nem trajes de luxo. Seria mesmo conveniente que lá se apresentassem os convidados com o traje que tragam por ocasião da batalha de confete, visto ser a festa do Teatro o encerramento das diversões carnavalescas da tarde⁴⁷.

Negando veementemente, para alívio das “famílias convidadas”, que se tratasse de um baile público – aberto, portanto, a qualquer um que se dispusesse a pagar a entrada – os organizadores do carnaval daquele ano marcam com nitidez o processo de privatização dos festejos carnavalescos da cidade. Embora se tratasse de um evento promovido pela própria “comissão dos festejos” encarregada de organizar o carnaval da cidade como forma de encerrar os folguedos daquele dia, sendo o teatro cedido pelo governo, os convites eram “rigorosamente selecionados”, distribuídos com um rigor que visava preservar ao bom nível dos participantes da festa. O programa do baile publicado no dia seguinte no mesmo jornal⁴⁸, composto de diversas valsas, realçaria assim ainda mais o seu caráter de distinção – marcando os primeiros passos de um movimento que tentava fazer do carnaval de Belém uma festa para poucos.

O sentido de toda esta operação parecia ser claro. Para os defensores deste carnaval luxuoso e moderno, a folia das ruas parecia mesmo condenada ao desaparecimento. Não tanto pela falta de dinheiro causada pela crise da borracha, visto que os bailes seriam tão custosos quanto os desfiles públicos, mas sim pela falta de apego da população em geral pelo modelo de folia oferecido por estes grupos letrados e pelas chuvas que teimavam em dificultar a reprodução na cidade de um tipo de folia adotado em outras capitais. É o que mostrava, em 1919, uma crônica assinada por Rembrandt Júnior:

- Chove sempre assim em Belém?
- (...) Quase sempre.
- É pena, ele retrucou; isso mata a vida alegre da cidade, no dia que o ano reserva à loucura...
- Nem tanto assim, afirmamos apontando o vestibulo e a sala de espetáculos do Palaca-Theatre, a essa hora apinhados; o nosso povo não se arreceia das chuvas [...]”

Reproduzindo um diálogo imaginário entre o articulista e um suposto turista, que parece estranhar o carnaval da cidade, a crônica nos aponta a lógica da visão do autor e de seus pares sobre a folia. Por ver na chuva um impedimento insuperável à animação do carnaval de rua, Rembrandt aponta como solução exatamente os bailes fechados nos quais se reuniam os foliões elegantes – que seriam uma mostra de que a água não seria capaz de tirar a

elegância dos folguedos locais. Como afirma outro cronista no ano seguinte, a chuva “priva as ruas do domínio de Momo, enxotando os mascarados para o ambiente das salas em festa”, fazendo do carnaval o domínio exclusivo dos salões⁵⁰. Ao “povo” sobre o qual fala Rembrandt Júnior, impedido de frequentar tão distintos bailes, restaria ficar do lado de fora, debaixo do aguaceiro, sem poder aproveitar a folia.

Na fala de cronistas como ele o carnaval tornava-se, assim, um assunto restrito aos círculos elegantes da cidade. É o que mostra o artigo publicado ainda em 1919 por um escritor que assinava com o pseudônimo de “Liryo do Vale”. Descrevendo os festejos momescos daquele ano como o “carnaval das salas”, ele chega a defender que, com a chegada da quarta-feira de cinzas, quem mais sofreria seria “o set elegante”⁵¹ – o único que, de fato, ainda conservaria acesa a chama da folia carnavalesca. Compartilhada por vários outros jornalistas e literatos belemenses, este tipo de visão resultaria, poucos anos depois, em conclusões como aquela publicada em 1925 pela revista *Belém Nova* – que via em bailes como o do Centro Recreativo Português o “verdadeiro Reino de Momo”⁵². Deixando de ser a festa democrática das ruas, como era caracterizado poucos anos antes nos jornais e nos relatórios da Intendência, para transformar-se no festejo privado de pequena parcela da sociedade, o carnaval tinha assim seu sentido substancialmente transformado por aqueles que ainda se julgavam os seus únicos defensores.

Não parecia ser esta, entretanto, a única folia que acontecia pela cidade – ao menos sob o ponto de vista de Clayton Cooper, um viajante americano que visitou a capital de Belém do Pará durante os festejos de Momo. Publicado em 1917, seu livro de viagens é escrito em consonância com os princípios da doutrina Monroe, que tentava fazer dos países da América do Sul parceiros da grande irmã do norte – descrevendo por isso para os seus compatriotas o aspecto de diversas cidades brasileiras. Mesmo tendo atravessado várias outras capitais, o americano não deixa de mostrar seu espanto com o que via pelas ruas de Belém naqueles dias de carnaval:

[...] Chegar no Pará em fevereiro, perto da estação carnavalesca, como foi a experiência do escritor, é ver esta cidade de 200.000 habitantes no seu aspecto mais pitoresco.

São pendurados bandeiras e mastros nos prédios e ruas, enquanto as principais avenidas da cidade são enfeitadas com cabos aércos de pequenas luzes incandescentes. É, cor, cor, em todo o lugar. [...] ⁵³.

Escrito exatamente no momento no qual tomava impulso o processo de fechamento da folia carnavalesca elegante nos salões, o relato impressionado de Cooper nos permite enxergar uma outra visão das ruas. Ao invés do vazio e da desanimação deixados pela crise da borracha, presente de forma quase unânime nos jornais e revistas do período, ou mesmo das chuvas que seriam para muitos cronistas a marca única do carnaval de rua, aparece uma imagem de grande vibração, que chega mesmo a impressionar o viajante desavisado. A cidade, com todos os seus habitantes, apresenta-se, para ele, como um mundo em festa, no qual todos pareciam se divertir. As ruas apresentavam para o americano um grande espetáculo de cores variadas – em uma metáfora que tanto podia referir-se à decoração das ruas e avenidas quanto à presença de grupos étnicos diversos, que compunham um quadro com o qual ele parecia não estar familiarizado.

Mesmo nos grandes jornais, entretanto, podemos encontrar indícios que apontam as contradições do discurso que insistia em afirmar a morte do carnaval de rua na cidade. Era o caso do *Correio de Belém*. No dia 13 de janeiro de 1915, o jornal afirma que, “não obstante a aguda crise que atravessamos”, estariam ensaiando “nos diferentes bairros da cidade [...] inúmeros cordões carnavalescos”, que sairiam às ruas no domingo gordo e na terça-feira de carnaval ⁵⁴. Mantendo acesa a animação pelas ruas de Belém, estes grupos negavam um tipo de visão que queria insistentemente desconsiderá-los, afirmando o fim de um tipo de carnaval que se mostrava por toda a cidade em plena vitalidade.

É bem verdade que o carnaval, embora continuasse a se fazer presente pela cidade, ia assumindo uma forma muito diferente daquela defendida por Antonio Lemos e outros admiradores da festa de Momo alguns anos antes. Se as brincadeiras carnavalescas das ruas adotavam muitos dos instrumentos utilizados para caracterizar um carnaval “civilizado”, como os confetes e os lança-perfumes, a forma como o faziam parecia não agradar a jornalistas e literatos. É o que mostra uma notícia

publicada no jornal *A Tarde* de 28 de fevereiro de 1916 sobre um menor de nome Manoel Antonio, mais conhecido como “Gato” – descrito pelo jornal como “um terrível gatuno” ⁵⁵. Em tom de desaprovação, o jornalista afirma estar ele entre um grupo de garotos que se divertia durante o carnaval a apanhar, no chão, serpentinas e tubos de lança-perfume usados – que passavam a servir para eles como verdadeiros instrumentos do jogo do entrudo, tornando-se projéteis que eram atirados nos demais brincantes. Neste dia, porém, a brincadeira acabou em confusão. Após o arremesso de um tubo de lança-perfume, Gato acaba ferindo na cabeça o menor José da Costa, de dez anos de idade, sendo por isso preso pelos praças da Brigada Militar do Estado e recolhido ao xadrez.

Gato não era, no entanto, um caso isolado. Prática comum entre os foliões pobres da cidade, o hábito de pegar no chão as sobras dos brinquedos carnavalescos jogados pelos outros chegou mesmo a ser reprimido no edital baixado em 1913 pelo chefe de polícia, que proibia, “a bem da saúde pública”, o “emprego de confeti apanhado do solo”, ameaçando os que insistissem na brincadeira com “rigorosas penas” ⁵⁶. Iluminando aquilo que queria esconder, a proibição nos indica, de maneira clara, a lógica de um processo que se intensificaria nos anos seguintes: tomando nas mãos o carnaval elegante projetado por muitos dos elegantes defensores de Momo, os foliões anônimos de Belém iam construindo um padrão próprio de folia, que já não se encaixava mais em um tipo de imagem cristalizada e homogênea que se tentava “importar” de outras capitais. Nas ruas ou nos salões, este era um processo que, na década de 1910, ia ganhando contornos nítidos. Mesmo os bailes, tão valorizados pelos defensores de um carnaval elegante, tinham seus sentidos transformados por parcelas da população da cidade não afeitas ao modelo de folia defendido pelos jornais. Se os clubes mais ricos patrocinavam bailes luxuosos, onde a valsa dava o tom da folia, sociedades como o “Tracy Club” já promoviam em 1921 festas nas quais tocava uma orquestra “de pau e corda, com pancadaria” ⁵⁷ – indicando uma musicalidade, feita de percussão e de instrumentos leves, muito diferente daquela presente em salões como os da Assembléia Paraense.

Por todos os lados, diversos grupos excluídos das altas rodas da cidade iam assim fazendo sua própria folia, em um caminho que fazia do

carnaval de Belém um cenário de grande diversidade. Como a atestar a origem múltipla da composição dos habitantes da cidade neste período – resultado do influxo imigrantista causado pelo comércio da borracha, que trouxera para a região imigrantes de vários países e de outros estados brasileiros, especialmente do nordeste – esta diversidade resultava na presença, nas ruas, de grupos influenciados pelas mais diferentes tradições. Espalhados “por diferentes pontos da cidade”, como afirma em 1915 o jornal *Correio de Belém*⁵⁸, os muitos cordões, clubes e grupos que saíam às ruas traziam para o espaço público, durante a folia, modos próprios de brincar a festa. Esta presença não se dava, entretanto, de forma unívoca e homogênea, e sim como uma explicitação de redes de identidade específicas que fazia do mundo das classes trabalhadoras um campo de encontro entre as mais variadas tradições. De um lado, via-se pelas ruas uma dupla de engraxates italianos de nome Josepho Antonio e Paschoale Pietro que, “querendo divertir os seus compatriotas residentes à Rua Aristides Lobo, próximo à travessa Benjamin Constant”, no bairro operário do Reduto, criaram um cordão denominado “Filhos da Vampa”, no qual saíam mascarados ao som “de uma desafinada sanfona”⁵⁹ – que só ganha as páginas do jornal graças a um acidente envolvendo alguns membros do grupo; do outro, alguns “cordões de pretinhos” que aparecem na fala preconceituosa de alguns articulistas⁶⁰, descritos anos depois por João de Belém como “pandemônios de batuque e sambas”⁶¹, saíam às ruas com seus instrumentos percussionais, que evocavam uma tradição musical muito distante das sanfonas italianas. Entre eles, uma infinidade de pequenos grupos e agremiações que iam, ano após ano, ajudando a mudar a feição do carnaval da cidade – como os grupos pastoris “Esmeraldinas” e “Idealinas”, do Umarizal, que traziam para os dias de folia um tipo de festejo tradicionalmente restrito às comemorações natalinas⁶²; ou o grupo dos “Cartolinhas”, que, ao invés de reproduzir o modelo dos préstitos carnavalescos das grandes sociedades, saía às ruas nos dias de folia apresentando “sua bem ensaiada comédia”⁶³.

Apagados a princípio do noticiário dos grandes jornais, mas marcando sua intensa presença pelas ruas nos dias de Momo, os grupos vão aos poucos chamando a atenção de outras parcelas letradas da sociedade. Com o aparecimento em Belém de movimentos literários que

reuniam grande número de escritores e jornalistas engajados em novas tendências artísticas, que anunciavam muitas das preocupações que seriam incorporadas posteriormente pelo movimento modernista – mostrando-se atentos à necessidade de busca nas tradições populares de um padrão de nacionalidade que pudesse fundamentar a identidade brasileira, no processo denominado por Raul Bopp de “retorno aos valores nativos”⁶⁴ – novos autores iam mostrando-se cada vez mais atentos a essa folia menosprezada até então pelos círculos letrados. Era o caso de Lucio Lima, que escreve nas vésperas do carnaval de 1920 um saudoso artigo na revista *A Semana* no qual, por meio de uma conversa de bar, comentava as perspectivas da folia naquele ano:

- Vai ser frio o nosso carnaval este ano; murmurou, palestrando numa roda boêmia o meu amigo Julião Siqueira.
 - Tem você razão, afirmou Anthero Vargas... O carnaval de 1920 vai ser frio; frio, devido às águas do inverno que chegou rigoroso... e frio ainda pela tristeza e fastio que empolgam as mais altas representantes do set belemense
 - Que quer você? Tornou Julião Siqueira. Enquanto se tiver em mira matar a tradição, as festas genuinamente populares irão desaparecendo pouco a pouco, e o tédio, a tristeza e a saudade se espalharão por todas as almas enchendo-as de melancolia.
 - Não! Decididamente não teremos mais a loucura de Momo, como nos disa de nossa adolescência... A época de aturdimento e de alegria de 1900 não voltará jamais – sentenciou tristonho Palmério Lima [...].
 - A mocidade de hoje, sentenciou Maurício da Veiga, composta de snobs em cujo seio floresce um pedantismo que torna os novos doentes, [...] vive apenas para o ‘flirt’ canalha e para as danças voluptuosas [...].
- O carnaval de hoje converge para as salas [...] Não há mais estruendo como não há mais cordões de pastorinhas a fazer guizalhar os pandeiros festivos⁶⁵.

Podemos ver no trecho, em primeiro lugar, a concordância de Lucio Lima com um tipo de análise que se tornava cada vez mais freqüente entre seus pares: escrevendo a crônica em um tom saudoso e nostálgico, ele parece também afirmar a franca decadência do carnaval da cidade – fosse por obra das chuvas ou da desanimação reinante na cidade. Ao contrário

de muitos outros, no entanto, ele não via nos bailes elegantes uma saída para a recuperação da folia belemense, preferindo descrevê-los como um antro de “danças voluptuosas” e de flertes agressivos. Considera, assim, serem estas festas simples meio de distinção social, que tentavam sufocar as verdadeiras “tradições” do carnaval local, como o entrudo e as pastorinhas. O carnaval perderia, com elas, seu caráter “genuinamente popular”, transformando-se em diversão triste e melancólica das altas rodas da cidade.

Apenas esboçado por Lucio Lima, o desconforto com um modelo de folia, feito de bailes elegantes, não merece, em seu texto, uma análise mais aprofundada. Embora indique o conteúdo geral de sua insatisfação, ele não chega na crônica a explicitar com mais clareza seu ponto de vista, limitando-se à crítica da forma pela qual se passava o carnaval na cidade. No dia seguinte, entretanto, a mesma revista publicava outro artigo que parecia completar as reflexões propostas por ele. De autoria de um certo “Zé-Pereira” – pseudônimo que, ao reproduzir nome dos grupos populares que saíam pelas ruas com seus tambbores, evidencia de cara para que lado estão as simpatias do narrador – o longo texto discorria comparando o carnaval realizado no Brasil com o de outras cidades européias:

[...] Eu – pobre de mim – que nunca vi o carnaval do Egito, nem o da Grécia, nem o de Nice, nem o de Veneza, nem o de Paris, nem o de Portugal – tenho, no entanto, a religião carioca do carnaval

É a minha festa.

E sabem o Carnaval que mais me agrada?

É este, é este nosso excelente e delirante carnaval brasileiro, cheio de loucuras e de alegrias!

Eu sou mesmo um homem carnavalesco. Embora não seja carioca, eu nasci para os transportes alucinantes do carnaval. E, francamente, quando ouço dizer o que é esta festa em Nice, em Veneza ou em Paris, cada vez me sinto mais orgulhoso de ser brasileiro.

[...] Como não devem ignorar em Nice, por exemplo, o carnaval é [...] intolerável.

Avaliem só que todas as homenagens a Momo se resumem ali um mero torncio de fantasias, preparadas pela imaginação requintada dos artistas. Só se vêem flores, perfumes, aparatos

artísticos. É uma grande pasmeceira. Ninguém se diverte. Levam o tempo todo a fazer exhibições de riqueza e beleza! E em Veneza, de que tanto se fala, é quase a mesma coisa. No meio daqueles lagos horríveis [...] e entre aqueles mármorez sujos e velhos que nada valem afinal de contas – o carnaval, em vez da pagodeira alegre que devera ser, é apenas um rito solene de arte, como antigos tempos da renascença italiana “66 ..

O tom apologético utilizado pelo cronista para falar do carnaval brasileiro em muito difere, à primeira vista, do ponto de vista crítico presente no artigo de Lúcio Lima. Se Lima mostrava-se triste e desanimado com a folia que via nas ruas, “Zé-Pereira” adota o tom entusiasmado de quem vê no carnaval um verdadeiro orgulho nacional. As motivações que o levam a considerar ser tão grande a superioridade do carnaval brasileiro sobre os demais, no entanto, podem nos ajudar a perceber os pontos de contato entre os dois artigos: criticando firmemente os festejos de Nice e Veneza – principais fontes de inspiração para os adeptos de um carnaval elegante como o dos bailes que se realizavam em Belém – por ver neles um divertimento “intolerável”, feito somente de fantasias luxuosas, mas sem espírito, ele parece ecoar as críticas formuladas na véspera por seu colega de redação. Se o primeiro criticava o modo pelo qual se desenvolvia a folia entre os brincantes endinheirados da cidade, o segundo foi direto ao ponto que caracterizava esta folia – a riqueza e o luxo, que fazem do carnaval um “mero rito solene de arte”, sem nenhuma animação.

Mas, afinal, qual seria o verdadeiro espírito carnavalesco na visão do animado “Zé-Pereira”? É o que ele vai responder em outro trecho de sua crônica, no qual comenta as vantagens do carnaval no Brasil:

Povo carnavalesco somos nós. Somos talvez o único povo do mundo que compreendeu a alma paradoxal e extraordinária de Momo.

É de lamentar apenas que no Brasil só haja carnaval uma vez por ano. A festa nacional por excelência é esta. Acho mesmo que o programa da comemoração do centenário da Independência não será completo, se nele não incluírem três dias de celebração carnavalesca. E sabem porque eu gosto do carnaval aqui?

Porque é uma festa popular e despreziosa.
 [...] É só a pândega, a pagodeira, a loucura, o delírio! Isto
 sim, é uma delícia!
 Os cordões se formam, e lá se vai a alegria, a algazarra, o
 pandemonio! Índios, caboclos, pierrots, diabinhos, capachos,
 colombinas, dominós, toda a funa excêntrica e encantadora
 da quadra carnavalesca.
 E, então, o gênio lírico do brasileiro extravasava em arroubos
 deliciosos [...]
 'Oh! Abre alas
 Oh! Abre alas
 Deixa-me passá!
 Somos do Club
 Flô do Umarizá?
 É lindo!
 E isso é aqui, é no Rio, é em todo o Brasil.
 A alegria carnavalesca está infiltrada no nosso sangue, palpita
 no nosso coração, estua na nossa alma!
 [...] É bom não esquecermos de que somos brasileiros e de
 que o carnaval é uma festa nacional.
 Vamos a ele
 [...] E por falar nisto...
 'Oh! Abre ala
 Oh! Abre ala
 Qui eu quero folgá
 Sou brasileiro
 Amo o carnava⁶⁷.

O entusiasmo do cronista pela folia brasileira ganha, assim, contornos mais nítidos. Se o carnaval local teria para ele uma grande vantagem sobre aqueles de outros países da Europa, era justamente por ser uma festa “popular e despreziosa” – ou seja, uma festa em que o luxo e a riqueza não dariam o tom da folia, que teria sua força na animação dos grupos das ruas. Não é de se estranhar, portanto, que ele fale com tanto entusiasmo dos cordões carnavalescos, habitualmente menosprezados pelos cronistas belemenses. Para “Zé-Pereira”, seriam eles, e não os bailes, que definiriam a feição do carnaval da cidade e da nação – o que o leva a valorizar fantasias como a de índio ou de diabinho, presenças constantes neste tipo de grupo.

É da folia promovida por tais agrupamentos, portanto, que o cronista vai construir a afirmação da supremacia do carnaval brasileiro sobre os demais. Ao condensar a especificidade da folia brasileira, tais práticas carnavalescas teriam feito com que nos tornássemos o “único povo” que teria entendido a fundo o espírito de Momo e transformando o carnaval em uma “festa nacional por excelência” – fazendo das tradições populares a verdadeira essência da nacionalidade. Esta é uma operação que aparece marcada com clareza no modo como o cronista vai lidar com a música cantada pelos grupos do Umarizal, bairro onde se concentrava no período a folia dos negros. Adaptação local do célebre “Abre Alas”, composto no Rio de Janeiro por Chiquinha Gonzaga ainda em 1899⁶⁸ (transcrita pelo cronista de acordo com a linguagem falada, na tentativa de trazer para a crônica a ignorância daqueles que a cantavam), a música saudava inicialmente os componentes do grupo Flor do Umarizal – tendo, portanto, um caráter restrito, de afirmação da identidade de um grupo particular. No fim de sua crônica, no entanto, Zé-Pereira cria para a música cantada pelos foliões do Umarizal uma outra letra, fazendo dela a afirmação de uma identidade que já assume um caráter nacional. Fazendo da folia de determinados grupos das ruas a própria festa da nação, o cronista explicita uma operação que tentava buscar, nas tradições dos foliões pobres de Belém, a essência da nacionalidade – o que fazia com que as práticas folionas destes grupos passassem a contar com o apoio entusiástico de cronistas como o Zé-Pereira.

Não é de se estranhar, portanto, a ênfase do autor nesse momento em falar da “religião carioca do carnaval”: usando como modelo da folia os dias de Momo no Rio de Janeiro – onde o surgimento de Ranchos como o Ameno Resedá, que juntava a animação dos grupos de foliões das ruas com o luxo e o brilho do carnaval das Grandes Sociedades, ia dando forma a um novo tipo de articulação ao redor da folia de Momo⁶⁹ – ele se remete a um tipo de carnaval no qual os grupos iletrados passavam a ser valorizados ao invés de combatidos, tornando-se com isso a verdadeira essência do carnaval nacional. Cinco anos depois, no entanto, João de Belém, em versos que saudavam o carnaval da cidade – fosse o dos cordões ou dos bailes, das zabumbas ou dos carros alegóricos, todos misturados como parte de uma mesma folia – já se permitia afirmar pelos jornais:

– Carnaval é no Rio... – Quem te disse?!...
 E a frase corta o ar, vira pilhéria.
 Era o Leonam, o que (...)
 Conta bobagem como coisa séria⁷⁰.

Deixando de fazer do Rio de Janeiro seu modelo de folia, João de Belém afirma a originalidade do carnaval de Belém. Segundo seus versos, a mensagem plantada por seus pares alguns anos antes parece ter atingido seus objetivos, dando margem à caracterização de uma folia própria da cidade – formada a partir da mistura de diferentes tradições. Por mais que pelas ruas as distinções sociais que separavam os foliões em espaços claramente demarcados continuassem a se fazer presente – como indicava a proliferação, pela cidade, dos mesmos bailes elegantes e custosos de antes⁷¹ – cronistas como ele faziam questão de afirmar, com a folia, uma essência regional que tinha nas práticas dos grupos iletrados sua base, na tentativa de atribuir harmonia a um processo de embate ainda feito de tensão e exclusão. Por meio desse sutil processo feito de luzes e sombras, o carnaval amazônico parecia na pena desses escritores atingir seu apogeu, alcançando na visão deles a supremacia nacional.

Do modelo de folia projetado ainda em 1904 pela Intendência à afirmação por parte de cronistas diversos da força do carnaval amazônico, muita coisa havia mudado na cidade. Nas ruas e nos salões, eram diferentes as brincadeiras, as festas e as fantasias que davam forma aos dias de Momo da cidade a cada ano, assim como eram diferentes os personagens que faziam da festa um dos temas principais de suas discussões. A tentativa de usar o carnaval como instrumento de domínio e ocultamento de diferença, no entanto, continuava a ser uma constante nos festejos de Belém – fosse como forma de suprimir a tradição dos grupos das ruas ou de incorporá-las como símbolo de uma essência comum que apagaria as diferenças afirmadas na festa.

Os muitos foliões espalhados pela cidade, entretanto, pareciam continuar, de maneira particular, a brincar a festa de seu modo. Por um lado, não se curvavam aos ditames da imprensa ou da Intendência, fazendo do carnaval uma festa própria, na qual traziam às ruas, de maneiras diversas, suas práticas e costumes; por outro, desconsideravam também o purismo dos modernos, incorporando muitas vezes em sua folia vários dos

elementos presentes no modelo elegante de carnaval, como as fantasias, as máscaras ou até mesmo o hábito de realização de bailes fechados. Enquanto se divertiam, esses grupos nos mostravam nem só da lógica das parcelas letradas da sociedade era feita a folia. Indivacam, com isso, que uma compreensão mais aprofundada sobre o modo como se deu esta relação entre diferentes grupos sociais na cidade de Belém depende, primordialmente, da possibilidade de entendimento da polissemia presente em eventos como o carnaval, a festa junina ou o Boi-Bumbá – os quais, ainda pouco presentes na historiografia paraense, podem nos ajudar a entender de uma forma mais rica e complexa os fios culturais que ajudaram a tecer a história da cidade.

NOTAS

- 1 Entre os trabalhos que tentam construir uma visão histórica sobre o período, destaca-se o de Sarges (2000).
- 2 Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na primeira reunião ordinária do ano de 1904 pelo intendente senador Antonio José de Lemos, Belém, 1904.
- 3 Alencar [18—?], p. 141.
- 4 Cf. Pereira (1994).
- 5 Conferir, entre outros, Colaço (1988); Simson (1984); Fry et al. (1988); e Lazzari (2001).
- 6 *Diário de Notícias*, 18 de fevereiro de 1896.
- 7 *Diário de Notícias*, 14 de fevereiro de 1896.
- 8 Cf. Pereira (1994).
- 9 *O Democrata*, 28 de fevereiro de 1895.
- 10 *Diário de Notícias*, 9 de fevereiro de 1896.
- 11 *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1898.
- 12 *Diário de Notícias*, 5 de fevereiro de 1896.
- 13 *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1898.
- 14 Cf. *O Malho*, 10 de junho de 1905, p. 6.
- 15 Conferir, a respeito, Pereira (1995).

- 16 *O Município de Belém*, Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos, vol. 5.
- 17 idem.
- 18 Leis e Resoluções Municipais e Atos do Executivo - 1903, Belém: A Província do Pará, 1904, p. 154.
- 19 Arquivo Público Estadual. Ofício de diversas autoridades ao chefe de segurança pública - 27 de janeiro de 1904 - vol. 55. Note-se que o mesmo tipo de obrigatoriedade atinge os membros de outros grupos não carnavalescos, como os cordões de Boi Bumbá que saem às ruas nos festejos juninos - como mostram os pedidos de licença feitos em 1906 por Antonio Dias da Silva e Primo Feliciano Pinto. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria de Segurança Pública. Ofícios dirigidos ao Chefe de Polícia- vol. 61, 17 e 18 de maio de 1906.
- 20 Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria de Segurança Pública, Minutas de ofício, vol. 72, janeiro-abril de 1907, ofício no. 63 de 6 de fevereiro de 1907.
- 21 "Observância e alterações no art. 139 do código de posturas em vigor, do dia 22 de janeiro de 1901". Intendência Municipal de Belém. *Atos do Executivo Municipal, 1897-1901*. Conferir ainda, sobre o preço a ser pago pela licença a respeito, a tabela de receita n. 4 do orçamento de Belém no exercício de 1904. Lei n. 367, de 23 de dezembro de 1903, in *Leis e Resoluções Municipais e Atos do Executivo - 1903*, op.cit.
- 22 Cf. Portaria no. 22 de 5 de janeiro de 1907. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria de Segurança Pública, Portarias diversas expedidas, 1907 - vol. 73.
- 23 Cf. Cunha (2001).
- 24 *O Município de Belém*, Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo intendente Senador Antonio Lemos, vol 5, 1906.
- 25 Cf. Pereira (1994), op.cit. .
- 26 *O Município de Belém*, 1906, op.cit. .
- 27 *O Democrata*, 3 de fevereiro de 1895.
- 28 *O Município de Belém*, Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antonio Lemos, Vol. 7, 1908.
- 29 Sobre a influência do comércio da borracha e do seu declínio para a economia da cidade e as finanças do município, ver Sarges (2000), op.cit. .

- 30 Relatório apresentado ao conselho Municipal de Belém na 1a. Seção da segunda reunião ordinária da oitava legislatura, em 7 de março de 1910, pelo Intendente Antonio José de Lemos. Belém, 1910.
- 31 *A Capital*, 18 de janeiro de 1913.
- 32 *A Capital*, 17 de janeiro de 1913.
- 33 *Diário Oficial do Pará*, 1 de fevereiro de 1913.
- 34 Neste ano, um edital do Dr. Francisco de Gouveia Barreto, Chefe de Segurança Pública, proibia o uso de máscaras após às 6:30 horas da tarde. Cf. *Jornal do Comércio*, 18 de janeiro de 1901.
- 35 Sobre a concepção que faz com que, no Brasil da virada do século as "classes populares" passem a ser vistas como "classes perigosas", ver Chalhoub (1996).
- 36 Cf. *A Capital*, 17 de janeiro de 1913.
- 37 Arquivo Público do Estado do Pará, Autos de Chefatura de Polícia, 1906, parte 2 - Autos de Perguntas - no. 67
- 38 *Diário de Notícias*, 5 de fevereiro de 1896.
- 39 *Diário de Notícias*, 5 de fevereiro de 1896.
- 40 Cf. Pereira (1994), op.cit. .
- 41 Cf. *A Capital*, 12 de janeiro de 1913.
- 42 Coleção das leis da Província do Grão Pará do ano de 1880, Tomo LXII, Belém: Tip. Do Diário de Notícias, 1880
- 43 Kepler, "Estrela do Mar", *A Tarde*, 11 de janeiro de 1916.
- 44 idem.
- 45 Cf. Cunha (2001), op.cit. .
- 46 *Correio de Belém*, 6 de janeiro de 1915.
- 47 *A Tarde*, 2 de março de 1916.
- 48 *A Tarde*, 3 de março de 1916.
- 49 Rembrandt Júnior, "Chispas", *A Semana*, 8 de março de 1919.
- 50 Fra. "O Carnaval das salas", *A Semana*, 24 de janeiro de 1920.
- 51 Lirio do Vale, "Ontem e Hoje", *A Semana*, 1 de março de 1919.
- 52 "Carta Aberta", *Belém Nova*, 31 de janeiro de 1925.

- 53 “[...] To arrive at Para near the carnival season in february, as was the experience of the writer, is to see this city of 200.000 inhabitants in its most picturesque mood. Buildings and streets are hung with flags and streamers, while the main streets of the town are well supplied with aerial cables of small incandescent lights. It is colour, colour, everywhere [...]”. Clayton Sedgwick Cooper, *The brazilians and their country*, New York: Frederick A. Stokes Company, 1917, p. 319-320.
- 54 *Correio de Belém*, 13 de janeiro de 1915.
- 55 “Entre Menores”, *A Tarde*, 28 de fevereiro de 1916.
- 56 *A Capital*, 17 de janeiro de 1913.
- 57 *Jornal Lusitano*, ano I, no. 15, 1921.
- 58 *Correio de Belém*, 9 de janeiro de 1915.
- 59 “Engraxadores Endiabrados”, *A Tarde*, 28 de fevereiro de 1916.
- 60 Abílio (1916).
- 61 Belém (1925).
- 62 *A Tarde*, 13 de janeiro de 1916.
- 63 *A Tarde*, 14 de janeiro de 1916.
- 64 Inojosa (1994, p. 112). Sobre o movimento modernista em Belém, ver Figueiredo (2001); e Batista (2001).
- 65 Lima (1920).
- 66 Zé-Pereira, “O carnaval”, *A Semana*, 1 de fevereiro de 1920.
- 67 idem.
- 68 Alencar (1985).
- 69 Sobre o Rancho Ameno Resedá, ver Efege (1965).
- 70 Belém (1925).
- 71 Cf. *Belém Nova*, 31 de janeiro e 28 de fevereiro de 1925; *Jornal Lusitano*, 2 de fevereiro de 1924; e “As festas do carnaval - Grêmio Lusitano”, *Belém Nova*, 13 de fevereiro de 1926.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, H. Impressões. *A Tarde*, 3, mar., 1916.
- A CAPITAL, 12, 17, 18, jan., 1913.
- ALENCAR, E. de. *O carnaval carioca através da música*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1985.
- ALENCAR, J. *Ao correr da pena*. São Paulo: Melhoramento, [18—?]. p. 141.
- AS FESTAS do Carnaval – Grêmio Lusitano. *Belém Nova*, 13 fev./ 1926.
- A TARDE, 2, 3, mar., 1916.
- A TARDE, 13, 14 jan., 1916.
- BATISTA, A. de J. S. *Vândalos na folia: carnaval e identidade nacional na Amazônia dos anos 20*, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas/ IFCH, 2001.
- BELÉM, J. Evoé! Evoé! Carnaval! Baco! Dionísios!: na pantomina de Pierrot e Colombina. *Belém Nova*, 14 fev., 1925.
- BELÉM NOVA, 28 fev. 1925.
- BELÉM NOVA, 31 jan. 1925.
- CARTA aberta. *Belém Nova*, 31 jan. 1925.
- CHALHOUB, S. *A Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*, São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.
- COLAÇO, T. L. *O carnaval do desterro: século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina/ CCH, 1988.
- COOPER, C. S. *The brazilians and their country*. New York: Frederick A. Stokes Company, 1917.
- CORREIO DE BELÉM, 6, 9, 13, jan., 1915.
- CUNHA, M. C. P. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 5, 9, 14, 18 fev., 1896.

- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24 fev., 1898.
- DIÁRIO OFICIAL DO PARÁ, 1 fev., 1913.
- EFEGÊ, J. *Ameno Resedá: o rancho que virou escola*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1965.
- ENGRAXADORES endiabrados. *A Tarde*, 28 fev. 1916.
- ENTRE menores. *A Tarde*, 28 fev. 1916.
- FIGUEIREDO, A. M. de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas/IFCH, 2001.
- FRA. O carnaval das salas. *A Semana*, 24 jan., 1920.
- FRY, P. et al. “Negros e brancos no carnaval da Velha República”. In: Reis, J. J. (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- INOJOSA, J. “O Modernismo no Pará”. In: ROCHA, A. et al. *Bruno de Menezes ou a sutileza da transição*. Belém: Cejup/UFPA, 1994.
- JORNAL DO COMÉRCIO, 18 jan., 1901.
- JORNAL LUZITANO, v. 1, n. 15, 1921.
- JORNAL LUZITANO, 2 fev. 1924.
- KLEPER. Estrela do mar. *A Tarde*, 11 jan., 1916.
- LAZZARI, A. *Coisas para o povo não fazer: Carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Ed. da UNICAMP; CECULT, 2001.
- LIMA, L. A volta de Momo. *A Semana*, 31 jan. 1920.
- O DEMOCRATA, 3, 28 fev., 1895.
- O MALHO, 10 jun., 1905. p. 6.
- LÍRIO DO VALE. Ontem e Hoje, *A Semana*, 1 mar., 1919.
- PEREIRA, C. S. *Nas barbas de Momo: os sentidos da presença feminina no carnaval das grandes sociedades nos últimos anos do século XIX*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995 (Série monografias; v. 5, n. 6).

- PEREIRA, L. *O Carnaval das letras*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1994.
- REMBANDT JÚNIOR. Chispas. *A Semana*, 8 mar., 1919.
- SARGES, M. de N. *Riquezas produzindo a Belle Époque - Belém do Pará (1870/1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.
- SIMSON, O. V. A burguesia se diverte no reinado de Momo: sessenta anos de evolução do carnaval na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo/ FFLCH, 1984.
- ZIL-PEREIRA. O Carnaval. *A Semana*, 1 fev., 1920.